



Crítica da divisão do trabalho, saúde e contra-poderes.

A partir de uma pesquisa sobre a desigualdade frente aos riscos profissionais na indústria nuclear na França.

Annie Thébaud-Mony *

O artigo focaliza as transformações em curso no mundo do trabalho nas sociedades do primeiro e do terceiro mundo. Mergulhadas em profunda crise, estas sociedades têm adotado os processos de flexibilização e terceirização como instrumentos estratégicos, sobre os quais a au-

tora se debruça - tendo a França e sua indústria nuclear como locus privilegiado de análise -, resgatando a saúde como importante dimensão reveladora de contradições sociais e políticas e retomando, como eixo central de discussão e da história deste fim de século XX, a questão da crescente exclusão social.

A França tem atualmente mais de 3 milhões de desempregados. Estamos diante de uma evolução tecnológica irreversível que tende a tornar supérfluo o trabalho humano? De uma parada transitória do crescimento, o qual espera-se seja retomado e reabsorva o desemprego? Ou diante do advento, remoto, de uma "sociedade do tempo livre" como alguns a denominam (Gorz, 1989)? Todas essas análises veiculadas pela mídia fazem desta profunda crise, pela qual atravessam todas as sociedades do "primeiro mundo" e do "terceiro mundo", uma situação transitória, como se esta fosse uma simples ruptura de equilíbrio. Ora, esta situação não decorre nem de uma fatalidade tecnológica, nem de uma conjuntura desfavorável, nem de uma crise de adaptação. Trata-se de uma evolução estrutural resultante de opções políticas nacionais e supranacionais concernentes ao uso social dos recursos, da tecnologia e ...dos homens nas sociedades industriais.

Estas opções têm uma dimensão planetária. Por isto, torna-se mais relevante abordar sucintamente a sua importância e os processos de exclusão social delas decorrentes, antes de ater-se, no caso de uma

* Socióloga, Diretora de pesquisa, ISIS/INSERM U292 (Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale).

situação nacional particular, à análise de seus atuais mecanismos de divisão do trabalho e dos riscos sobre a qual repousa esta evolução. Esta análise baseia-se nos resultados de uma pesquisa sobre a saúde dos assalariados de empresas terceirizadas que fazem a manutenção das centrais nucleares na França.

Por fim, considerando-se este país, onde o movimento operário estruturou-se há bastante tempo, onde o sindicalismo foi reconhecido como autêntico participante do debate social, permanece a indagação sobre o fato desta nova divisão do trabalho não ter sido freada por nenhuma forma de contra-poder.

Opções de dimensão planetária.

As sociedades industriais consagraram o crescimento econômico, não como meio, mas como fim daquilo que ainda se denomina de desenvolvimento. Hoje, este termo designa, exclusivamente, a capacidade que um país tem de aumentar seu produto interno bruto (PIB). Assim, o conjunto das atividades humanas é submetido às exigências de rentabilidade do mercado. As necessidades sociais, longe de representarem o fim do desenvolvimento, são tidas como custos que devem ser reduzidos a não importa que preço. O crescimento está alicerçado, no espaço planetário, sobre os deslocamentos que permitem aos grupos industriais dominantes diminuir, tanto quanto possível, os custos de produção ao se apropriarem de novos mercados. A redução dos custos de produção, como mostrei noutra

ocasião, é obtida mediante as diferenças de salário, de proteção social e de legislação ambiental entre países de diferentes níveis de desenvolvimento industrial (Thébaud-Mony, 1990). A progressão dos deslocamentos¹ mostra como este processo mantém-se extremamente rentável para os grandes conglomerados industriais, quaisquer que sejam os custos humanos, ecológicos e sociais nos países de origem ou receptores.

No interior dos espaços nacionais, a flexibilidade tornou-se a palavra-chave das esperanças para a retomada do crescimento. Antes de mais nada, flexibilidade do emprego. Mas, também, flexibilidade de tempo trabalhado, supressão das obrigações relativas à proteção social e destruição progressiva de todas as formas de "rigidez" salarial ligadas às qualificações das velhas profissões. Tais estratégias, postas em marcha há duas décadas, conduziram à generalização em todas as sociedades industriais, daquilo que Salama (1983) denominou, para os países da América Latina, um sistema de acumulação excludente, isto é, um sistema que a priori, exclui uma parte da população dos benefícios do crescimento. "Razões econômicas" dizem os tecnocratas... Trata-se de um discurso mistificador, pois tais "razões" econômicas ocultam a irracionalidade do crescimento em

¹ Um estudo recente, ao considerar a produção mundial, demonstra que as atividades deslocadas passaram de 13,2% em 1973 para 16,5% em 1988, devendo atingir dentro de seis anos a proporção de 24,8% (Estudo do Centre d'Études prospectives d'informations internationales, citado por R. Lenoir, "Nation en danger", Le Monde, 09.07.93)

si, quando este tem como resultados a desigualdade, a marginalização social e a exclusão de 4/5 da população mundial.

Nesta sociedade planetária mais de um bilhão de homens e mulheres vivem abaixo do limiar de absoluta pobreza... No entanto, experts do Banco Mundial assinalam que "a economia mundial saiu mais ileso dos choques e turbulências dos anos 80 do que o previsto. "A parcela da população correspondente aos 20% mais ricos do planeta concentram 82,7% do produto nacional bruto, enquanto os 20% mais pobres partilham 1,4% (Rapport sur le Développement du Monde 1990).

Entre os países ditos "desenvolvidos" e os demais, constata-se um aumento da concentração de riqueza nos primeiros. Segundo os dados do Banco Mundial, em 1980, a renda média por habitante dos cinco países mais ricos era 113 vezes maior do que a renda média por habitante dos cinco países mais pobres. Em 1987, a renda média do primeiro grupo era 122 vezes à do segundo, e em 1991, 175 vezes maior. O petróleo é fiador deste domínio e simboliza esta desigualdade: *"73% do consumo mundial de petróleo restringe-se a 22% da população do planeta, sendo que os Estados Unidos(4,8% da população mundial), apenas, representam 25,5% do consumo mundial".(D. Clerc, 1990)*

A *"falsa racionalidade do mercado mundial"* (S. Amin, 1989) impõe-se através da dívida, um mecanismo econômico que permite aos países do primeiro mundo continuarem drenando a riqueza dos países do terceiro mundo. Assim, entre 1981 e 1987, a deterioração dos termos de troca custou 3 bi-

lhões de dólares à África. Entre 1982 e 1987, os países do terceiro mundo pagaram maiores montantes de recursos aos países do primeiro mundo do que receberam: 287 bilhões de dólares, ou seja, quatro vezes o Plano Marshall. Aquilo que foi recebido a título de ajuda externa (pública ou privada) surge como irrisório em relação a contínua drenagem de recursos dos países pobres para os países ricos. A ajuda pública para o desenvolvimento, de procedências diversas, elevou-se para 30,6 bilhões de dólares entre 1980-81 e 36,3 bilhões de dólares entre 1986-87 (G.Viratelle, 1989). Entretanto, a "Dívida" e a "Ajuda" ("Ajuda Internacional") justificam a ingerência dos organismos monetários internacionais nas políticas econômicas dos países colocados sob o controle do Fundo Monetário Internacional (planos de ajuste estrutural) e o seu poder de manter ou anular esta dívida. As políticas impostas de congelamento dos salários e de compressão dos custos sociais são usufruídas pelas multinacionais dos países ricos, que transferem atividades (custosas em mão de obra ou perigosas e poluentes...) para os países pobres, permitindo-lhes manter ou aumentar as suas margens de lucro.

O crescimento das desigualdades está, também, no coração dos países do Norte. Os EUA têm, hoje, 30 milhões de pobres -11% dos brancos (21 milhões), 30% dos negros (9 milhões) -, e apenas na cidade de Nova York encontram-se 80.000 desabrigados. O desemprego atinge e proporções crescentes da população ativa jovem, particularmente em meio às minorias étnicas.

Na França, o desemprego e/ou o emprego precário atingem quase

um terço da população ativa, ou seja, mais de 7 milhões de pessoas. A pobreza e a exclusão social encontram-se em franca expansão. Os mecanismos de exclusão - reforçados pela legalização de um dispositivo supressor dos direitos dos estrangeiros na França - recaíram prioritariamente sobre as populações de migrantes, exilados e refugiados, vindos dos países do sul da Europa, da África e da Ásia. No entanto, a partir desse momento, a exclusão tende a atingir todas as categorias de assalariados franceses, inclusive os escalões superiores.

Flexibilização, subcontratação e poder

Os processos de exclusão referidos acima têm estreita relação com a flexibilização do sistema produtivo e com os modos de utilização das novas tecnologias, particularmente aquelas relacionadas com a informação.

APPAY (1993) demonstrou muito bem como esta flexibilização está apoiada sobre um duplo movimento - de concentração e de atomização das empresas - permitindo o recurso a estratégias conjugadas de "filialisation e subcontratação. Aquilo que Manuel Castels (1993) denomina como "revolução informacional", decorrente do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, constituiu-se num instrumento particularmente adaptado à emergência de um "poder estratégico" (Appay, 1993) pois, ao propiciar uma larga margem de autonomia e iniciativa das unidades produtivas e dos indivíduos, assegura, simultaneamente,

um controle permanente e imediato sobre a unidade mais periférica e longínqua aos centros de decisão. Isto é o que Appay (1993) denomina de "autonomia controlada".

Este poder apóia-se, particularmente, sobre o recurso a todas as formas de subcontratação, tomada aqui no sentido de um contrato desigual entre dois tipos de empresas: a empresa "contratante do serviço", que define seu próprio processo de produção e decide as atividades que deve subcontratar, e as empresas "subcontratadas" (terceiras) com respeito às quais a primeira mantém o constante poder de ditar as especificações do produto e do processo de produção, assim como a renovação eventual dos contratos concluídos.

Apesar do discurso gerencial apresentar a "subcontratação" como uma "parceria" entre empresas, esta não se reduz a uma simples transferência de mercado. Constitui um sistema de poder que estabelece relações de subordinação entre esses dois tipos de empresas e entre seus assalariados, apoiando-se em estratégias de flexibilização da mão de obra, de subcontratação em cascata e do recurso a todas as formas de emprego precário. Apóia-se, em suma, no desenvolvimento de uma economia subterrânea, à margem de qualquer legislação do trabalho, da saúde e do ambiente.

O mercado de trabalho em subcontratação representou na França, em 1992, o montante de 500 bilhões de francos (INSEE, 1992), ou seja, cerca de 10% do PIB². Este mercado alimenta a indústria, os transportes, os serviços, a construção civil e o comércio. As empresas com mais de 200

assalariados representam 55,5% das empresas contratantes.

A subcontratação permite às empresas dominantes transferirem um grande número de atividades ditas de "serviços" às terceiras: o trabalho "peló avesso" da produção (Thébaud-Mony, 1990) ou em funções que, embora viabilizem a produção, não são parte dela no sentido estrito. Assim, particularmente nas indústrias de processo, devem ser realizadas a limpeza e a manutenção do conjunto de equipamentos e locais de produção. A subcontratação de tais funções permite a flexibilidade necessária à eliminação dos tempos-mortos dos assalariados nas empresas contratantes, ao tempo em que, cabe às empresas subcontratadas gerirem as flutuações de cargas de trabalho através do recurso ao trabalho temporário ou sazonal. Além disso, a subcontratação permite às empresas contratantes exteriorizarem a gestão do trabalho humano, particularmente as obrigações ligadas ao cumprimento do direito trabalhista.

Nesta nova divisão do trabalho, a atividade dos assalariados permanentes das empresas dominantes consiste, cada vez mais, em desempenhar as tarefas de supervisão e controle do trabalho efetuado pelos trabalhadores "externos" (terceirizados), face às normas e exigências - formais ou não - impostas pelo poder estratégico destas grandes empresas. Dessa forma, constrói-se uma relação antagônica entre assalariados estáveis

(2) Convém assinalar que o Produto Interno Bruto da França foi de 1.1170,5 bilhões de francos em 1991. (L'État du Monde, La Decouverte ed., 1993).

- beneficiários, em geral, de um estatuto privilegiado e de instituições representativas - e os trabalhadores terceirizados - encarregados da execução do trabalho concreto, frequentemente sem regulamentação, submetidos às contingências das condições de emprego precário e sem instâncias representativas.

(3) André L'Henoret em seu livro "Japon d'en bas" (1993) coloca o problema desta invisibilidade de uma parte importante do trabalho produtivo, a propósito de uma comparação entre a França e o Japão: "Os franceses empregam 8.000 pessoas para montar 1.200 veículos ao dia, enquanto os japoneses montam a mesma quantidade de veículos com 4.000 apenas. O que significa exatamente "montar um automóvel"? São necessárias mais de 10.000 peças diferentes para montar um automóvel moderno. Suponho que a montagem de um veículo consista no arranjo destas peças, mas, de que peças exatamente? Pelo que me consta, a Toyota fabrica motores inteiros mediante a subcontratação, além de outros sub-conjuntos de peças: será que esses subcontratados estão incluídos nestes 4.000 que montam os carros? ... Aqui todos sabem que o sucesso da Toyota ou Nissan repousa sobre o trabalho em regime três/oito (*trabalho em turnos alternados* - nota da autora), mesmo para os cargos mais institucionalizados e estáveis); a total integração (noutras palavras, a morte) dos sindicatos e, sobretudo, um trabalho degradante e de importância crescente, imposto aos subcontratados. Sabiam vocês que existem mães de família (acima de 40 anos, é verdade) que trabalham como escravas (às vezes, até as dez horas da noite e frequentemente até no domingo) nas pequenas empresas subcontratadas, por um salário bem inferior ao dos homens? (p.50/51).

Crítica da divisão do trabalho: o exemplo da manutenção nas centrais nucleares na França

A saúde é reveladora das formas de violência e de destruição, individual e social, geradas pela organização do trabalho associada à nova divisão do trabalho. Um estudo realizado em colaboração com médicos do trabalho sobre o acompanhamento médico-legal de assalariados de empresas terceirizadas atuantes na manutenção da indústria eletro-nuclear na França (A. Thébaud-Mony et al., 1992), permitiu colocar em evidência vários aspectos. Evidenciou não somente a desigualdade face ao risco de radiações entre estes assalariados e os da empresa contratante - Electricité de France (EDF) - mas, também, as condições de trabalho destes assalariados e o que elas significam para a sua saúde.

A individualização das trajetórias profissionais e suas repercussões sobre a exposição aos riscos ligados ao trabalho

As empresas terceirizadas realizam 85% das atividades de manutenção na indústria nuclear da França. Considerando apenas os postos de trabalho expostos diretamente às radiações (DATR), um balanço recente feito pela empresa nacional de Eletricidade da França (EDF) constata um contingente de 24.000

trabalhadores diretamente atuantes nesses postos. Eles são assalariados por 1322 empresas terceiras, resultando numa média de 18 assalariados por empresa, o que significa uma completa atomização da mão de obra atuante sobre os sítios das centrais nucleares. Isto se traduz por uma individualização das trajetórias profissionais nas quais, para um mesmo indivíduo, sucedem-se empregos de curta duração entrecortados por períodos de desemprego. No estudo realizado foi detectada uma média de duas empresas por assalariado, para o período de um ano. Esta individualização é ampliada pela intensa mobilidade destes assalariados entre os diferentes sítios nucleares de sul a norte e de leste a oeste da França (chegando até 21 deslocamentos ao ano por assalariado).

Além disso, esta mobilidade de trabalho e de emprego engendra uma forte individualização dos riscos sofridos. Um mesmo assalariado pode realizar, sucessivamente, intervenções em regime de subcontratação numa empresa química - exposto a diversos tipos de produtos cancerígenos -, nas centrais térmicas, com risco de poluição do ar por amianto, e nas zonas de forte exposição às radiações ionizantes das centrais nucleares. Ora, o amianto e as radiações ionizantes são, ambas, substâncias cancerígenas. Quais os efeitos sinérgicos que tais situações de acúmulo de riscos poderão ter em relação ao possível desenvolvimento de um câncer? A literatura científica é muda quanto a este tema, mas certamente cada uma dessas substâncias aumenta, para o assalariado, o risco de desenvolver câncer numa etapa ainda bem precoce da vida.

A autogestão das horas de trabalho e das condições, a autoresponsabilização na gestão dos riscos e agravos à saúde

No que concerne à realização do trabalho, a empresa EDF faz duas exigências principais: o respeito às especificações das tarefas a serem realizadas e, com relação à exposição às radiações ionizantes, não devem ser ultrapassadas as doses máximas trimestrais e anuais previstas na legislação.

A primeira delas deixa à iniciativa dos próprios trabalhadores subcontratados a construção, em tempo real, da sua programação das atividades dentro dos limites prescritos e segundo as especificações dadas, não importando a natureza das dificuldades encontradas no trabalho concreto. Isto, frequentemente, significa uma sobrecarga de horas e implica a necessidade de trabalhar durante os finais de semana para cumprir os prazos.

Para fazer face à segunda exigência da EDF - de não serem ultrapassadas as doses individuais máximas trimestrais e anuais permitidas - as terceiras desenvolveram dois tipos de estratégia:

1) uma estratégia de subestimação das doses recebidas pelos assalariados mediante a utilização das lacunas e irregularidades na vigilância da dosimetria. A inexistência de um verdadeiro acompanhamento médico agrava esta situação.

2) uma fragmentação da dose mediante o uso de trabalhadores temporários, durante algumas semanas ou meses por ano. Este recurso é utilizado, mesmo sabendo-se que certas operações são particularmente intensivas em doses radioativas e duram períodos de tempo muito curtos (às vezes, alguns minutos). Os trabalhadores envolvidos podem ser "aderidos" à empresa (alguns trabalham regularmente para uma mesma empresa há 8 - 10 anos), sem conseguir ser integrado ao quadro de pessoal permanente da empresa subcontratada. Os trabalhadores envolvidos são, portanto, fortemente expostos.

Esta forma de gestão relacionada com a dose de radiação é, ela própria, interiorizada pelos assalariados. Eles sabem que, se não quiserem perder o emprego, deverão evitar atingir os níveis máximos de doses. Como é impossível - nas atuais condições de atuação na área, particularmente nas antigas centrais - trabalhar sem "receber doses" de radiações, estes assalariados adotam o comportamento de deixar atrás de si o aparelho de medições (contador) durante uma intervenção na área, a fim de evitar o registro de altas doses. Neste sistema, a EDF exterioriza os riscos, fazendo-os recair sobre os assalariados das empresas subcontratadas. Estes últimos assumem individualmente a responsabilidade pela gestão deste risco.

A regulamentação, neste caso específico, não tem funcionado para o controle técnico e coletivo do risco, mas no sentido de responsabilizar exclusivamente o assalariado que "aceita" assumir, sozinho, a "escolha" entre o desemprego ou a degradação de sua saúde pelos agravos a curto ou longo prazo.

A diferença dos níveis de dose de radiações observada entre os assalariados de empresas terceirizadas e aqueles da EDF diretamente ligados às atividades sob radiações, mostra a amplitude do mecanismo de transferência do risco de exposição às radiações ionizantes dos assalariados permanentes para os trabalhadores subcontratados: a dose média individual mensal (tomada como a medida mais confiável para a comparação) é de 8 a 15 vezes mais forte para os últimos (227 mrem) do que para os primeiros (entre 15 e 19 mrem). Em 1990, a EDF avaliou que a proporção das doses de radiação recebidas pelos assalariados de empresas terceirizadas correspondeu a 82% da dose total anual registrada sobre os sítios eletr nucleares.

À luz deste exemplo, parece que as margens de manobra deixadas aos trabalhadores são infinitamente estreitas para aqueles que trabalham no lado "avesso" do sistema industrial. Elas são estreitas não apenas para a "autogestão" deste risco onipresente no universo de uma central nuclear - as radiações ionizantes - mas, também, na gestão individualizada do conjunto das coações e desgates físicos e mentais gerados por esta organização do trabalho.

Além daqueles associados às diferentes profissões exercidas, deve-se levantar, também, a pressão e angústia por ocasião das intervenções sob elevado risco que requerem grande velocidade na execução; a presença simultânea de assalariados de diferentes empresas, tendo que coordenar suas atividades dentro de prazos fixados independentemente por cada empresa; as coações de tempo, já que uma

parte deste é "consumido" tanto pelas horas de espera devidas à impossível continuidade das ações de empresas diversas, quanto pelos períodos de vestir/retirar vestimentas/ realizar o controle da contaminação radioativa; a fadiga decorrente dos grandes trajetos (realizados à noite, em sua maior parte), do isolamento afetivo em relação à família, da impossibilidade de construir o seu tempo e a vida fora do trabalho.

Ademais, esta nova divisão do trabalho impede o reconhecimento do trabalho e do "savoir-faire". A mobilidade quebra, constantemente, a possibilidade de adquirir experiência além do plano individual e a ausência de "carreira" não permite o reconhecimento da qualificação para a maior parte da mão de obra.

O desemprego e a exclusão social se articulam com essas diferentes lógicas. Sob a perspectiva dos subcontratados, muitos são aqueles que se encontram confrontados com uma ruptura, muitas vezes precoce e definitiva, de sua atividade profissional devido às agressões à saúde geradas por esta organização do trabalho.

A questão dos contrapoderes

- O sentido e a prática do direito

A partir da lei de 1898 sobre os acidentes de trabalho, o direito trabalhista representou na França, um importante instrumento de contrapoder frente às formas de explora-

ção do sistema capitalista. Ora, desde 1975 novas disposições jurídicas tendem a legalizar a precarização e a exclusão. Há 15 anos todas as formas de recurso ao emprego precário, de contratação de mão de obra, de sub-contratação tornaram-se objeto de legislação neste país. Mesmo estabelecendo certos limites para o exercício de tais práticas, tais dispositivos contribuíram para a sua institucionalização, colocando em cheque as garantias asseguradas no contrato de trabalho em termos de emprego e proteção social. Assim, em 1986 foi suprimida a autorização administrativa para dispensar empregados, o que permitiu às empresas lançar mão do desemprego muito mais facilmente.

A precarização faz-se acompanhar, também, pelo desabamento de partes inteiras da legislação do trabalho que se tornaram inaplicáveis nas atuais condições, pois foram construídas sobre a noção de contrato de trabalho no sentido tradicional do termo, isto é, de um empregador, um assalariado, um único elo de subordinação, um único sítio. Na França, com o processo de flexibilização do sistema produtivo, diminui gradativamente o contingente de assalariados que entram nesta definição de contrato de trabalho ou de emprego.

A fragilização do sindicalismo

O movimento sindical na França tem uma história rica em lutas, greves e movimentos sociais. Contudo, vem perdendo a sua vitalidade (durante os anos 80, a taxa de sindicalização caiu para menos de 8%) e, atualmente, parece estar

paralisado. Será que apenas as estratégias patronais de divisão e de fragmentação dos assalariados estão no centro daquilo que hoje aparece como o aniquilamento do movimento operário?

Dois outros elementos podem igualmente contribuir para esclarecer esta evolução: por um lado, a ausência de uma análise crítica da irracionalidade econômica e do consenso social sobre o crescimento como valor último no seio das organizações sindicais. Por outro lado, a fratura gerada pelos antagonismos sociais decorrentes da precarização do trabalho no seio destas organizações.

A participação no consenso social sobre o crescimento

O caso da indústria nuclear é particularmente ilustrativo da participação sindical no consenso social sobre o crescimento. Enquanto, nos anos 60, um movimento anti-nuclear se exprimia nas organizações sindicais contestatórias, hoje, estas encontram-se totalmente dominadas pelo dupla inquietação de manter as conquistas sociais e o emprego, depositando suas esperanças na retomada do crescimento. A opção pela energia nuclear como fonte de eletricidade "moderna" e "limpa" permanece incontestada, sabendo-se que as condições do trabalho e a exposição às radiações ionizantes são suportadas pelos trabalhadores "externos", pouco ou nada representados nas organizações sindicais. As consequências de tais escolhas para o futuro (particularmente no tocante à reciclagem de resíduos) são

totalmente escamoteadas.

Os sindicatos, fechados sob a lógica das prioridades imediatas, desenvolvem estratégias de resistência à precarização do emprego permanente no campo da energia e fiam-se no lobbie nuclear francês quanto às possibilidades de conseguir soluções técnicas visando certos problemas. Por um lado, visando sanear as condições de intervenção dos trabalhadores terceirizados na manutenção das centrais nucleares e, por outro, para resolver o problema da reciclagem de resíduos nucleares a curto e longo prazo. A renovação do parque atual de centrais eletro-nucleares - o mais importante do mundo - está na ordem do dia das decisões a serem tomadas no domínio da energia. Até o momento, porém, nenhuma voz sindical ergueu-se para rejeitar a hipótese.

A fratura social do sindicalismo

A ideologia gerencial tende a impor como único valor de referência cultural, o êxito da empresa, sua competitividade no mercado nacional e internacional. No contexto atual de crise econômica permanente, as seções sindicais são, no seio das empresas contratantes, reféns dos "desafios" que, no discurso empresarial, são necessários à sobrevivência econômica da empresa (e, portanto, dos seus assalariados). A precarização do emprego e a subcontratação aparecem, então, como as únicas estratégias capazes de garantir o futuro, mesmo que tal evolução venha desestabilizar profundamente os coletivos estáveis. Estes últimos são dominados pela incerteza face

às modificações contínuas da organização do trabalho, a busca permanente de redução dos efetivos e dos custos.

Os sindicalistas estão confrontando-se com questões difíceis, até mesmo contraditórias. Que contrapoderes opor à ameaça que pesa sobre os coletivos estáveis trazida pelo movimento de exteriorização de atividades e tarefas, direta ou indiretamente, integrantes do processo de produção? Como conciliar a defesa das conquistas alcançadas em termos de qualificação, emprego, salários, condições de trabalho no seio destas empresas a uma contestação das exigências feitas aos assalariados de terceiras? No âmbito de uma divisão de trabalho que hierarquiza trabalhadores permanentes e trabalhadores subcontratados, uns em relação aos outros, que vínculos de solidariedade - questionadores desta divisão do trabalho - podem ser construídos?

Os assalariados das empresas terceirizadas, sobretudo quando estão nas formas de trabalho mais precárias, são submetidos a múltiplas formas de exclusão.

Desempenhando as atividades subcontratadas nos sítios industriais, os trabalhadores "externos", e sobretudo aqueles que são temporários ou sob contrato por tempo determinado, são percebidos e se sentem como estrangeiros (mesmo quando são franceses), nômades (no que eles se transformam de fato, dada a mobilidade obrigatória nas atividades de manutenção, de limpeza industrial, de construção ...). Ser trabalhador "externo" é estar excluído, de fato, de instituições representativas, das instâncias sindicais de empresa ao nível

do chão de fábrica sobre o qual eles intervêm.

Além disso, as empresas subcontratadas estão comprimidas entre as exigências das empresas contratantes e as possíveis reivindicações de seus assalariados. Neste quadro, tem-se assistido ao desenvolvimento de práticas de repressão sindical que chegam, inclusive, à dispensa de delegados sindicais. A fragilidade ou a inexistência de seções sindicais nas empresas terceirizadas impede, frequentemente, toda forma de contra-poder.

A responsabilidade dos intelectuais

As bases essenciais da construção de alternativas são a tomada de consciência e a análise da realidade. Sem análise crítica, não podem surgir propostas de transformações dotadas de sentido face aos problemas existentes. Ora, as ciências sociais são, elas próprias, prisioneiras do discurso dominante sobre a ideologia gerencial do trabalho e da modernização. Existe, atualmente, um consenso acrítico em torno de certos temas, notadamente: a contribuição da gestão participativa para um recuo do taylorismo, as novas tecnologias como progresso, a emergência de novas profissões, etc... Tal consenso tende a marginalizar a precarização como uma espécie de resíduo do passado. Ora, a precarização constitui um elemento central, inclusive, da própria organização do trabalho científico!...

A construção de contra-poderes passa, necessariamente, pela reno-

vação do pensamento crítico sobre o crescimento econômico e sobre o trabalho. Não se trata de precipitar-se sobre uma fórmula mágica, tal como a da redução do tempo de trabalho, mas de rejeitar o consenso em torno do inelutável - alimentado por um discurso mistificador sobre a racionalidade econômica e o progresso - o que pressupõe:

1) questionamentos sobre o crescimento, dada a forma pela qual foi promovido ao elenco dos valores sagrados, independentemente de referenciá-lo ao desenvolvimento como resposta às necessidades essenciais da humanidade. Isto significa a recusa em alicerçar a riqueza aqui sobre a exploração e a miséria alhures; a recusa em salvaguardar privilégios e o estatuto de uns ao preço da exclusão dos outros; a recusa em sacrificar as futuras gerações por uma lógica predatória de curto prazo (como é o caso da indústria nuclear).

2) uma indagação crítica sobre as nossas próprias estratégias profissionais, sindicais e científicas. Esta remete aos intelectuais a responsabilidade pela forma através da qual assumem esta função crítica: gerindo a crise através de arranjos limitados do sistema produtivo e do desenvolvimento de ajuda humanitária e assistencial; ou desmistificando o conceito de modernização e sua função de ocultar a evolução estrutural profunda dessas sociedades na direção da exclusão social, senão mesmo de apartheid. Estamos participando da gestão da precarização, entendido enquanto processo inelutável, ou estamos contribuindo para a construção de contra-poderes relacionados às opções que presidem esta evolução?

Conclusão

A saúde enquanto negação radical da violência que ameaça a vida e conduz à morte física, psíquica e social, é inquestionavelmente, desmistificadora da ideologia do crescimento e do progresso por si só. A saúde coloca radicalmente em questão a racionalidade econômica, em nome da qual são legitimadas esta violência e as formas de exploração ou exclusão que a acompanham. É neste âmbito que sindicalistas, médicos e pesquisadores sobre a saúde e o trabalho, nós, temos a responsabilidade de romper o silêncio e de trazer à luz uma análise crítica desta evolução em função daquilo que divisamos no campo da saúde.

As transformações sociais, no entanto, não são construídas a partir unicamente da análise dos "danos do progresso", por mais pertinentes que sejam. As alternativas nascerão da emergência de movimentos sociais que, não somente resistirão - em nome dos direitos do ser humano - às lógicas de degradação e exclusão, mas recusarão o consenso sobre o crescimento como valor último da história planetária deste fim de século XX.

Referências

Bibliográficas

- AMIN.S.
1989 *Lafaillire du developpement en Abrique et dons le tiers-monde*. Paris: VHarmattan
- APPAY.B.
1993 *Individuel et colletifs. Questions à Ia Sociologie du travail l'autonomie controée. Cahiers du GEDISST*, (S.L, n6)

- CASTELS, M.
1992 *A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho é o projeto socialista. Caderno CRH, Salvador, n.17, p.5-34, jul/dez.*
- CLERC, D.
1990 *Le pétrole et l'injuste partage. Le monde diplomatique*. [s.l.], oct.
- INSEE.
1992 *La France des entreprises. L'Entreprist*, [s.l.], n. spécial.
- L'HENORET, A.
1993 *Le cloee qui dépasse. Récit du Japon d'en bas*. Paris: La Découverte.
- THEBAUD-MONY, A. 1990 *L'envers de sociétés industrielles*. Paris: L'Harmattan.
- THEBAUD-MONY, A. et al
1992 *Salariés des entreprises extérieures intervenat dans les installations nucléaires de base. Enquête sur leur suivi médico-réglementaire*. [s.l.], INRS. (Documents pour le médecin du travail, n.51).
- VIRATELLE, G
1989 *L'aide publique*. In: *L'ETA T du tiers monde*. Paris: La Découverte.
- WALRAFF, G. 1986 *Tête de turc*. Paris: La Découverte.

Artigo: "Critique de la division du travail, santé et contre-pouvoirs."
Tradução: Tânia Franco